

Novo CPC

O que mudou?

aula 31



SENTENÇA



SENTENÇA

CONTINUAÇÃO



1 - NECESSIDADE DE ESTAR ATENTO PARA O CONTEÚDO DO QUARTO BLOCO DA AULA 30 (A SEGUNDA AULA SOBRE SENTENÇA)

2 - O NOVO CPC ESTRUTURA UM SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS E É ESTRUTURADO SOBRE UM SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS

3 - A FUNDAMENTAÇÃO TEM UM POTENCIAL PARA A UNIVERSALIZAÇÃO

4 - VÍNCULO ENTRE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E PRECEDENTES JUDICIAIS: FUNDAMENTOS DETERMINANTES

5 - VÍNCULO ENTRE IDENTIFICAÇÃO DO CASO CONCRETO E PRECEDENTES JUDICIAIS

6 - ELEMENTOS DO PRECEDENTE JUDICIAL

***CASO
CONCRETO***

*CASO
CONCRETO*



*ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA*

***CASO
CONCRETO***



***ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA***



***NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO***

***CASO
CONCRETO***



***ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA***



***NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO***

PRECEDENTE

**CASO
CONCRETO**



**ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA**



**NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO**

PRECEDENTE

**NÚCLEO DO
PRECEDENTE**



1 - A DECISÃO JUDICIAL ESTÁ VOLTADA PARA A SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO (DISPOSITIVO) E PARA A FORMAÇÃO DE PRECEDENTE (FUNDAMENTAÇÃO)

2 - DINÂMICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

3 - ARSENAL DE VALORIZAÇÃO DA EFICÁCIA VINCULANTE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS
(impropriedades redacionais)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

(...)

CPC-2015:

Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em sede de julgamento de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de Tribunal de justiça sobre direito local.

(...)

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

CPC-2015:

Art. 311. A **tutela da evidência** será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e **houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante**;

(...)

CPC-2015:

Art. 311. A **tutela da evidência** será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e **houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou de assunção de competência, da coisa julgada ou de uma súmula vinculante;**

(...)

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

(...)

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos;

III - entendimento firmado em precedentes obrigatórios, em demandas repetitivas ou de assunção de competência;

(...)

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

CPC-2015:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

- a) *súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;*
- b) *acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*
- c) *entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

- a) *súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;*
 - b) *acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*
 - c) *entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*
- (...)

CPC-2015:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
- b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
 - b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
 - c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- (...)

CPC-2015:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
- b) acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- c) entendimento do Superior Tribunal de Justiça de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
 - b) acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
 - c) entendimento do Superior Tribunal de Justiça de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- (...)

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

1 – FALTA DE UNIFORMIDADE REDACIONAL NAS ALUSÕES AOS PRECEDENTES

2 - ABRIR AS PORTAS DA CASA DO ART. 489 E NOS SENTARMOS CONFORTAVELMENTE PARA DIALOGAR COM ELE

CPC-2015:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

*I - o **relatório**, que conterà os nomes das partes, **a identificação do caso**, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;*

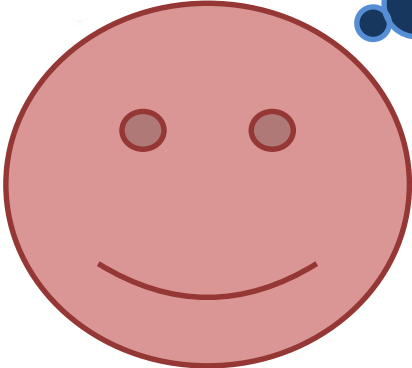
(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

*I - o **relatório**, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;*

(...)



**O RELATÓRIO É NECESSÁRIO
NA DECISÃO POR MEIO DA
QUAL É JULGADO
ANTECIPADA E
PARCIALMENTE O MÉRITO?**



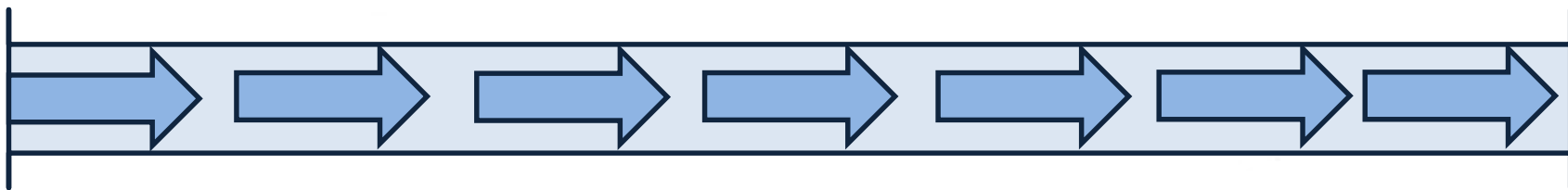
CPC-2015:

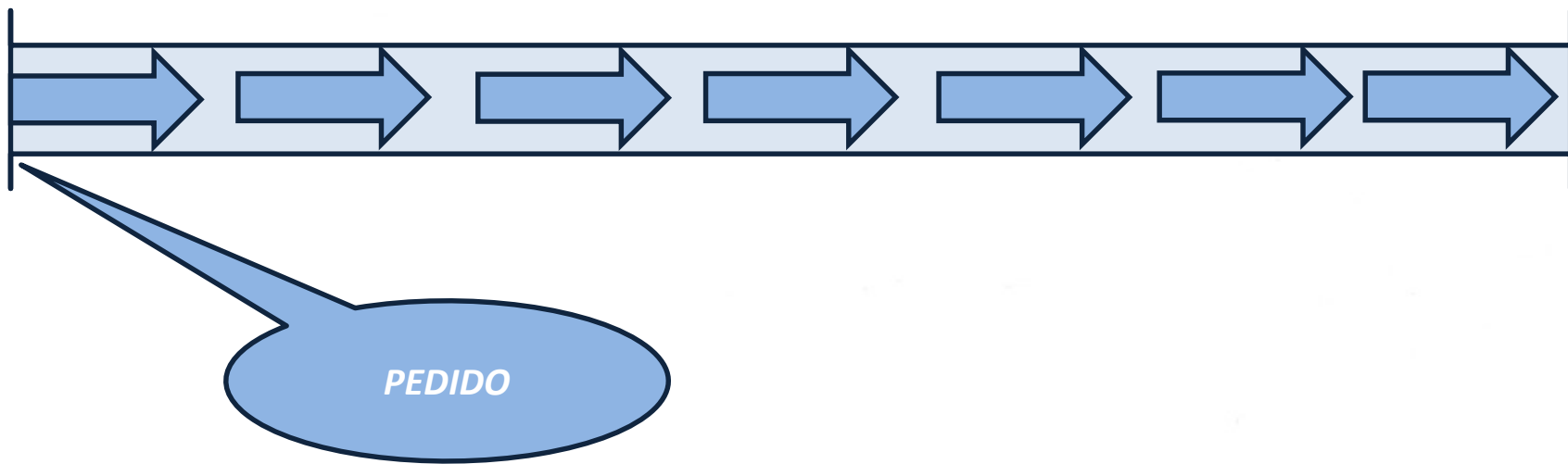
Art. 356. O juiz **decidirá parcialmente o mérito** quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

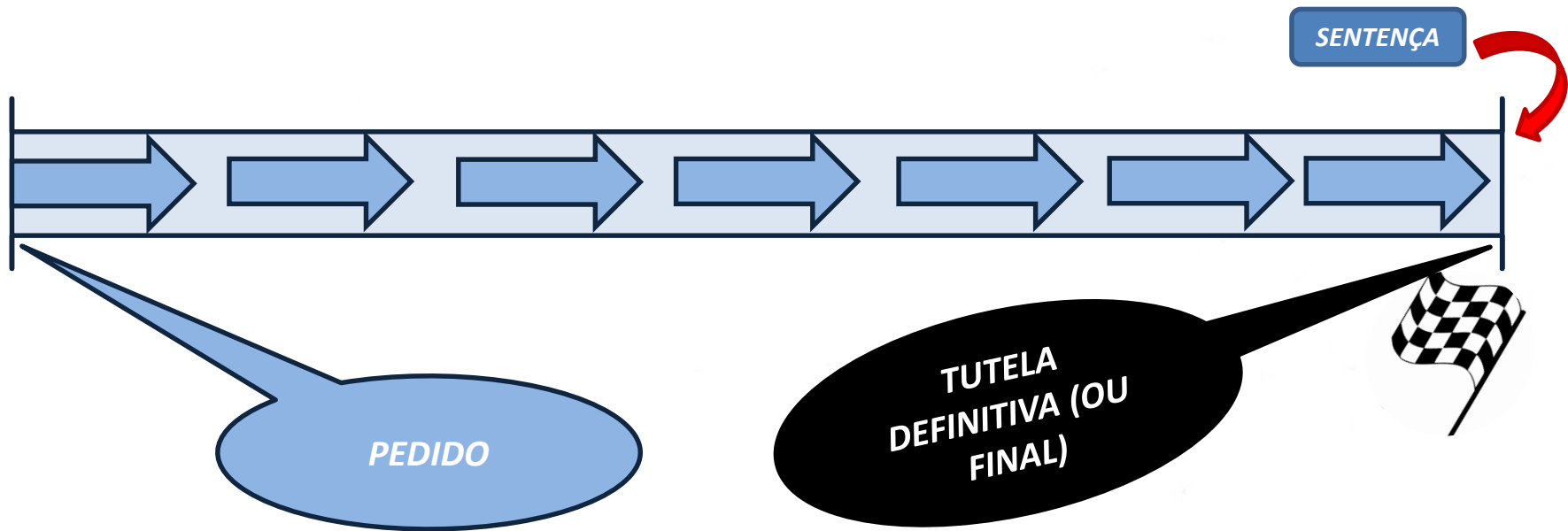
I - mostrar-se incontroverso;

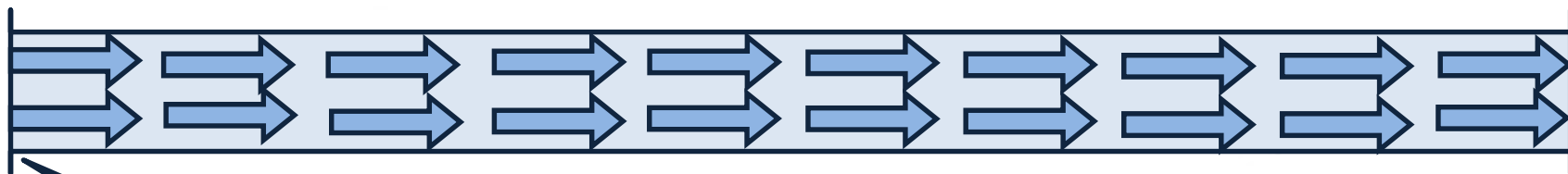
II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.

(...)

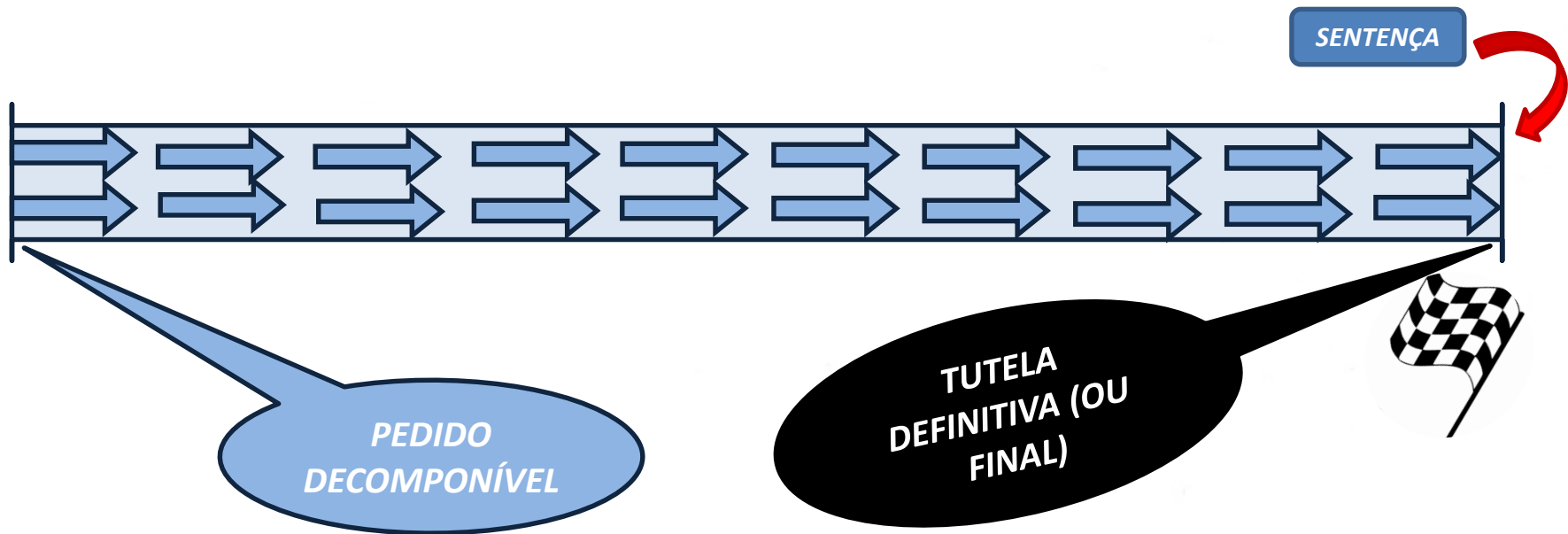


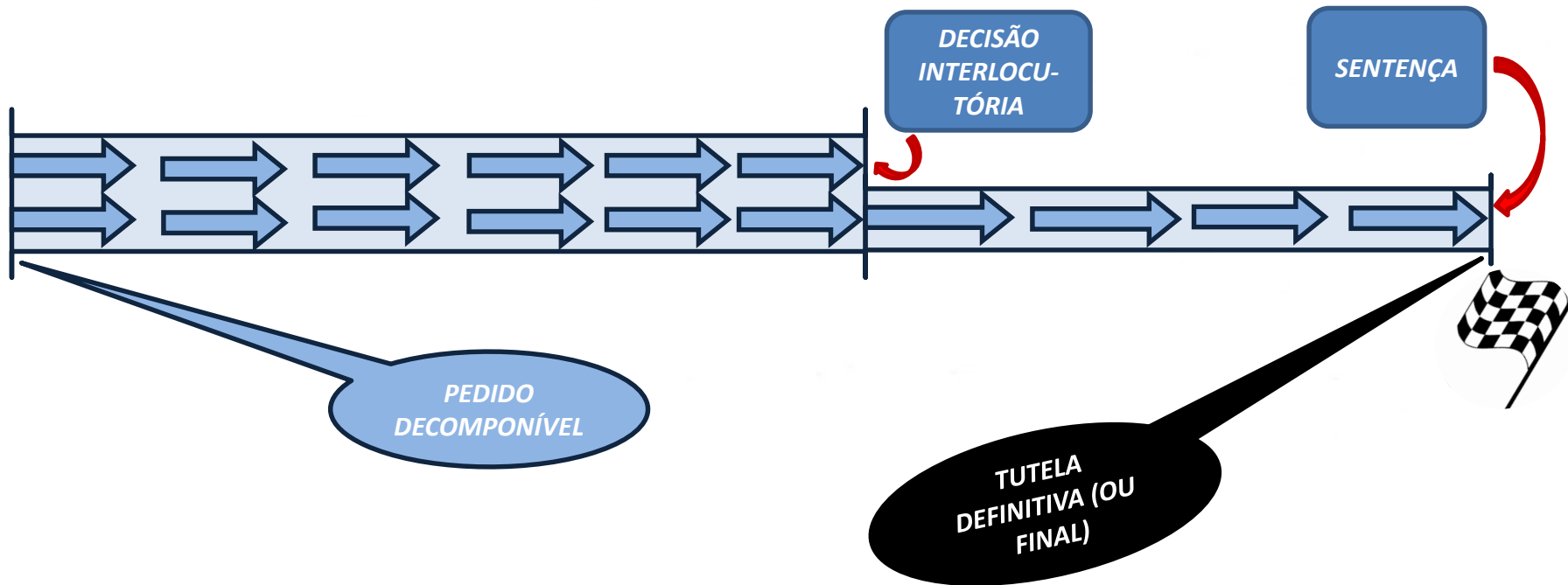


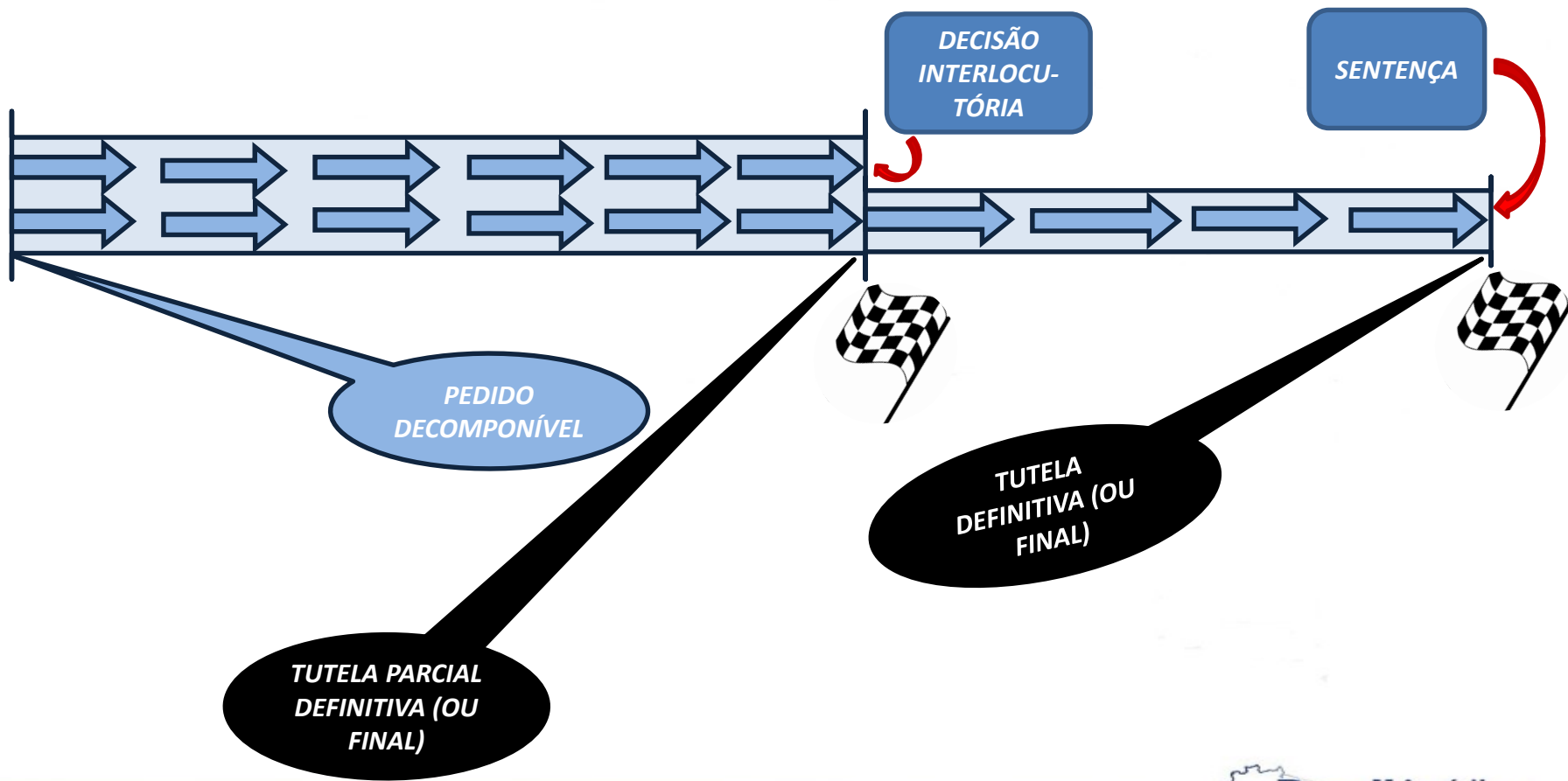




*PEDIDO
DECOMPONÍVEL*







CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

*II - os **fundamentos**, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

*III - o **dispositivo**, em que o juiz resolverá as questões **principais** que as partes lhe submeterem.*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

*II - os **fundamentos**, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;*

*III - o **dispositivo**, em que o juiz resolverá as questões **principais** que as partes lhe submeterem.*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

II - os **fundamentos**, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o **dispositivo**, em que o juiz resolverá as questões **principais** que as partes lhe submeterem.

(...)



***INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS:
AS DECISÕES JUDICIAIS SE MATERIALIZAM POR MEIO DE TEXTOS***

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 3º *A decisão judicial deve ser **interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos** e em conformidade com o princípio da boa-fé.*

CPC-2015:

Art. 322. *O pedido deve ser certo.*

(...)

§ 2º *A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.*

CPC-2015:

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

(...)

*III - estiverem em contradição com **a defesa, considerada em seu conjunto.***

(...)

CC-2002:

Art. 113. *Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.*



***DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
E O
DEVER OU ÔNUS DA FUNDAMENTAÇÃO PARA OUTROS
SUJEITOS DO PROCESSO***

**BASE CONSTITUCIONAL DA
REGRA QUE INSTITUI O DEVER
DE FUNDAMENTAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS**

CF:

Art. 93 (...)

*IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões**, sob pena de nulidade (...)*

CPC-2015:

Art. 11. *Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões**, sob pena de nulidade.*

(...)

**NORMA FUNDAMENTAL DO
PROCESSO CIVIL**

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

(...)

**ÔNUS DA FUNDAMENTAÇÃO
PARA O AUTOR**

CPC-2015:

Art. 341. Incumbe também ao **réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial**, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:

I - não for admissível, a seu respeito, a confissão;

(...)

**ÔNUS DA FUNDAMENTAÇÃO
PARA O RÉU**

DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO PARA O PERITO

CPC-2015:

Art. 473. O laudo pericial deve conter:

(...)

§ 1º *No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.*

(...)

Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, **devendo a petição conter:**

II - o índice de correção monetária adotado;

III - os juros aplicados e as respectivas taxas;

IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados;

V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso;

VI - especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados;

VII - indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível.

(...)

ÔNUS DE FUNDAMENTAR O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

CPC-2015:

Art. 525 (...)

§ 4º Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, **apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.**

§ 5º Na hipótese do § 4º, **não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.**

(...)

**ÔNUS DE FUNDAMENTAR A
IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO
DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE
RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE
OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA
CERTA**

CPC-2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

(...)

§ 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a **necessidade de fundamentação adequada e específica**, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

(...)

**DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO
EM CASO DE MODIFICAÇÃO DE
PRECEDENTE JUDICIAL
OBRIGATÓRIO**

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

CPC-2015:

Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais **ampla e específica divulgação e publicidade**, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão **banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente**, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, **o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterá, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão** e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao **julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário**.

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

CPC-2015:

Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais **ampla e específica divulgação e publicidade**, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão **banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente**, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, **o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterá, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão** e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao **julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário**.

**DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NO
JULGAMENTO DE INCIDENTE DE
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS**

CPC-2015:

Art. 984. *No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem:*

(...)

§ 2º *O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.*

**ÔNUS DA FUNDAMENTAÇÃO DO
RECORRENTE**

CPC-2015:

Art. 1.021 (...)

§ 1º Na petição de agravo interno, o recorrente **impugnará especificadamente os fundamentos** da decisão agravada.

(...)

§ 3º **É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada** para julgar improcedente o agravo interno.

(...)

**ÔNUS DA FUNDAMENTAÇÃO DO
RECORRENTE**

CPC-2015:

Art. 1.021 (...)

§ 1º Na petição de agravo interno, o recorrente **impugnará especificadamente os fundamentos** da decisão agravada.

(...)

§ 3º **É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada** para julgar improcedente o agravo interno.

(...)

**DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NO
JULGAMENTO DE AGRAVO
INTERNO**

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

*I - **se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;***

(...)

“ ...

É o relatório.

Como é cediço, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Tal regra somente não é aplicável na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita (CTN, art. 185 e seu parágrafo único).

Diante do exposto, defiro ...”

“ ...

É o relatório.

Como é cediço, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Tal regra somente não é aplicável na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita (CTN, art. 185 e seu parágrafo único).

Diante do exposto, defiro ... ”

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

II - *empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;*

(...)

*“O réu não agiu em consonância com a **boa-fé**, motivo pelo qual...”*

*“O réu não agiu em consonância com a **boa-fé**, motivo pelo qual...”*

*“Estão presentes o **periculum in mora** e o **fumus boni juris**, em razão do que defiro a medida...”*

*“Estão presentes o **periculum in mora** e o **fumus boni juris**, em razão do que defiro a medida...”*

*“A necessidade de preservação do interesse **interesse público** conduz a que seja acolhido o pedido...”*

*“A necessidade de preservação do interesse **interesse público** conduz a que seja acolhido o pedido...”*

“Há prova inequívoca nos autos, motivo pelo qual...”

“Há prova inequívoca nos autos, motivo pelo qual...”

*“Tendo em vista a necessidade de preservação do **melhor interesse** da criança, rejeito...”*

*“Tendo em vista a necessidade de preservação do **melhor interesse** da criança, rejeito...”*

*“Atendendo ao comando legal que impõe uma **divisão cômoda**,
determino...”*



*“Atendendo ao comando legal que impõe uma **divisão cômoda**,
determino...”*



CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

III - *invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;*

(...)

*“O **periculum in mora** está presente, uma vez que o exame dos autos revela que, de fato, existe risco para a efetividade do processo, motivo pelo qual defiro...”*



*“O **periculum in mora** está presente, uma vez que o exame dos autos revela que, de fato, existe risco para a efetividade do processo, motivo pelo qual defiro...”*



CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

(...)



CPC-2015:

Art. 1.013. *A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.*

(...)

§ 2º *Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

V - *se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

V - *se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

(...)

CPC-2015:

Art. 489. São elementos

(...)

§ 1º Não

interlocutor

(...)

V - *se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

(...)

NESTE CASO, O DEVER DE FUNDAMENTAR
SE RESTRINGE À IDENTIFICAÇÃO DOS
FUNDAMENTOS DETERMINANTES E À
DEMONSTRAÇÃO DO AJUSTAMENTO DO
CASO SOB JULGAMENTO A TAIS
FUNDAMENTOS

no judicial, seja ela

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

(...)

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 1º *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

(...)

CPC-2015:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

(...)

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestam a qualquer decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a imitação da fórmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso concreto é diferenciado daqueles fundamentos;

VI - deixar de considerar a doutrina, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso julgado ou a superação do entendimento.

(...)

ELENCO EXEMPLIFICATIVO

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

(...)

§ 2º *No caso de **colisão entre normas**, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.*

(...)

CPC-2015:

Art. 490. *O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes.*

CPC-2015:

Art. 490. *O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes.*

**SUPRESSÃO DA EXPRESSÃO INDICATIVA DE
QUE, NOS CASOS EM QUE O MÉRITO NÃO
FOR APRECIADO, A DECISÃO DEVE SER
CONCISA**

CPC-2015

Art. 491. ***Na ação relativa à obrigação de pagar quantia**, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, **ainda que formulado pedido genérico**, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, **a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação**, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.

§ 2º O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, **o índice de correção monetária**, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, **o termo inicial de ambos** e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a **periodicidade da capitalização dos juros**, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, **a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros**, se for o caso, salvo quando:

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.

§ 2º O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, **a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros**, se for o caso, estabelecendo:

- I - não for possível determinar, de modo claro e preciso, o valor devido;
- II - a apuração do valor devido resultar de uma complexa operação de realização demorada ou excessivamente onerosa para a parte vencedora, a ser realizada na sentença.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II, o juiz estabelecerá o termo inicial e a periodicidade da capitalização do valor devido por liquidação.

§ 2º O juiz poderá alterar a sentença quando o acórdão alterar a sentença.

**REGRA GERAL: HAVENDO IMPOSIÇÃO DA
OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA, A DECISÃO
DEVE SER LÍQUIDA**

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, **salvo quando**:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

*I - **não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;***

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

*II - **a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.***

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.

§ 2º O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.

**EXCEÇÕES QUE ATINGEM
APENAS A EXTENSÃO DA
OBRIGAÇÃO**

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, **a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros**, se for o caso, salvo quando:

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.

§ 2º O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.

CPC-2015

Art. 491. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, **a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros**, se for o caso, salvo quando:

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.

§ 2º O disposto no caput também se aplica

**REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA
ESTE TIPO DE DECISÃO. A FALTA
DE ATENDIMENTO IMPLICA
OMISSÃO**

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 491. *Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, salvo quando:*

I - não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido;

II - a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, seguir-se-á a apuração do valor devido por liquidação.*

§ 2º *O disposto no caput também se aplica quando o acórdão alterar a sentença.*

CPC-2015

Art. 492. *É vedado ao juiz proferir **decisão** de natureza diversa da pedida, bem como condenar a **parte** em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.*

Parágrafo único. *A **decisão** deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.*

CPC-2015:

Art. 493. *Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a **decisão**.*

Parágrafo único. ***Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir.***

CPC-2015:

Art. 493. *Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.*

Parágrafo único. *Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir.*

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DO
PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO**

CPC-2015:

Art. 494. *Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:*

I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo;

II - por meio de embargos de declaração.

CPC-2015:

Art. 1.022. *Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

*III - **corrigir erro material.***

HIPOTECA JUDICIÁRIA

CPC-2015:

Art. 495. A **decisão** que condenar o réu ao pagamento de prestação **consistente em dinheiro** e a que determinar a **conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária** valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

(...)

CPC-2015:

Art. 495. A **decisão** que condenar o réu ao pagamento de prestação **consistente em dinheiro** e a que determinar a **conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária** valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

(...)

**LIMITAÇÃO DA HIPOTECA
JUDICIÁRIA ÀS SITUAÇÕES DE
IMPOSIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE
PAGAR QUANTIA**

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 1º *A decisão produz a hipoteca judiciária:*

I - embora a condenação seja genérica;

II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor;

III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.

(...)

**A HIPOTECA JUDICIÁRIA SE
TORNOU EFEITO AUTOMÁTICO
DA DECISÃO QUE IMPÕE
OBRIGAÇÃO DE PAGAR
QUANTIA**

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 1º *A decisão produz a hipoteca judiciária:*

I - embora a condenação seja genérica;

II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor;

III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.

(...)

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante **apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário**, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

§ 3º No prazo de até 15 (quinze) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.

(...)

CPC-2015:

Art. 495. (...)

*§ 2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, **independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.***

§ 3º No prazo de até 15 (quinze) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.

(...)

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

*§ 3º No prazo de até 15 (quinze) dias da data de realização da hipoteca, a parte **informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.***

(...)

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 4º A hipoteca judiciária, uma vez constituída, implicará, para o credor hipotecário, o **direito de preferência, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.**

§ 5º Sobrevindo a reforma ou a invalidação da decisão que impôs o pagamento de quantia, a parte responderá, independentemente de culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido em razão da constituição da garantia, devendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

CPC-2015:

Art. 495. (...)

§ 4º A hipoteca judiciária, uma vez constituída, implicará, para o credor hipotecário, o direito de preferência, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.

*§ 5º Sobrevindo a reforma ou a invalidação da decisão que impôs o pagamento de quantia, **a parte responderá, independentemente de culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido em razão da constituição da garantia**, devendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.*

REMESSA NECESSÁRIA

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao **duplo grau de jurisdição**, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.*

§ 2º *Em qualquer dos casos referidos no § 1º, o tribunal julgará a remessa necessária.*

(...)

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

(...)

§ 3º *Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação **ou o proveito econômico obtido na causa** for de valor certo **e líquido** inferior a:*

*I - **1.000 (mil) salários-mínimos** para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;*

*II - **500 (quinhentos) salários-mínimos** para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados;*

*III - **100 (cem) salários-mínimos** para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.*

(...)

CPC-2015:

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

(...)

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença não tiver produzido **o proveito econômico obtido na causa** for de valor certo **e líquido** in

I - **1.000 (mil) salários-mínimos** para as autarquias e fundações de direito público;

II - **500 (quinhentos) salários-mínimos** para os Municípios, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público;

III - **100 (cem) salários-mínimos** para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público;

(...)

**CASOS DE DISPENSA DE
REMESSA NECESSÁRIA EM
RAZÃO DO VALOR**

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

(...)

§ 4º ***Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:***

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal;

II - acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgado;

III - entendimento de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgado;

III - decisão de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

**PRECEDENTES
OBRIGATÓRIOS**

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos;

III - entendimento consolidado em julgamento de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento consolidado em orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio órgão, ou em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

**CASOS DE DISPENSA DE
REMESSA NECESSÁRIA EM
RAZÃO DA MATÉRIA**

***JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE
NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA***

***ORGANIZAÇÃO: A DISCIPLINA DA SENTENÇA FOI SEPARADA DA
DISCIPLINA DA EXECUÇÃO***

CPC-2015:

Art. 497. *Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.*

(...)

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo único. *Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.*

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo único. *Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.*

**TUTELA INIBITÓRIA DO
ILÍCITO (PREVENTIVA)**

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo único. *Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.*

TUTELA INIBITÓRIA DO
ILÍCITO (PREVENTIVA)

TUTELA DE REMOÇÃO DO
ILÍCITO

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo único. *Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo,*

TUTELA INIBITÓRIA DO
ILÍCITO (PREVENTIVA)

TUTELA DE REMOÇÃO DO
ILÍCITO

**O ATAQUE É AO ILÍCITO E NÃO ÀS
SUAS CONSEQUÊNCIAS**

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo único. *Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo,*

**TUTELA INIBITÓRIA DO
ILÍCITO (PREVENTIVA)**

**TUTELA DE REMOÇÃO DO
ILÍCITO**

CPC-2015:

Art. 497 (...)

Parágrafo

*tutela específica destinada a inibir a
prática, a remoção de um ilícito, ou a sua remoção, é
irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou
dolo.*

TUTELA INIBITÓRIA DO
ILÍCITO (PREVENTIVA)

TUTELA DE REMOÇÃO DO
ILÍCITO

O DISPOSITIVO NÃO EXAURE AS
TUTELAS CONTRA O ILÍCITO, JÁ
QUE HÁ TAMBÉM A TUTELA
RESSARCITÓRIA ESPECÍFICA

CPC-2015:

Art. 498. *Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.*

Parágrafo único. *Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e pela quantidade, o autor individualizá-la-á na petição inicial, se lhe couber a escolha, ou, se a escolha couber ao réu, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 499. *A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.*

CPC-2015:

Art. 500. *A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.*

CPC-2015:

Art. 501. *Na ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade, a sentença que julgar procedente o pedido, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.*